

Ata da 230ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera

Na sede da UMAPAZ, aos dezessete dias de Agosto de dois mil e vinte e dois, estando presentes: Tamires Oliveira (coordenadora do CGPI), Barbara Yadoya (Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal) e Juliana L. Summa (Divisão da Fauna da Secretaria do Verde e Meio Ambiente) Jesus Pacheco Simões e Luiz Gustavo Machado Cruz (representantes da Secretaria de Governo do Município) Antonio Arruda, Augusto Rocha, Débora Iacono, Gustavo Razuk, Karol Annes, Laura Janka, Paulo Hartmann (conselheiros representantes da sociedade civil), Antônio Sérgio da Silva Arruda e Claudia Cahali (conselheiros representantes das Associações SOJAL e Viva Moema), Rosiane Santos (representante da associação AME Jardins), Inspetor Jairo Chabaribery Filho (representante da GCM), Oliveira, André Franzini (representantes da Urbia), Maria Helena Godoy (representante da subprefeitura da Vila Mariana), Nelson Cury (Presidente da Associação Sojal), Doulas de Mello (representante da Associação dos Treinadores de Corrida de São Paulo - ATC/SP), Aldo Cruz, Luiz Carlos Fló, Clara Ywata, Horácio Alberto Garcia, Rosana Cangello (frequentadores do parque), Sylvia Mielnik (representante do CADES Vila Mariana), Milena Saad Maluhi (representante do Fórum Verde Permanente e do CADES Butantã), André Benevides (representante do Parque Aclimação), Denise Molina (representante do Cecco Ibirapuera), Paula Hory (frequentadora do Parque e pesquisadora da FAU-USP), o primeiro secretário do CGPI Claudio Neszlinger abriu a reunião informando que, caso os presentes quisessem apresentar algum tema, poderiam fazê-lo ao final das exposições dos seguintes temas pautados pelos conselheiros:

1. Apresentação da divisão de responsabilidades do Parque entre SVMA ou de outras secretarias, entidades gestoras dos museus, e empresa concessionária na gestão do parque (SVMA).

A Tamires informou que na reunião de Setembro a Bárbara fará a apresentação do contrato de concessão e obras da Marquise. Cada tema ocupará em torno de meia hora, o que incluirá a apresentação e perguntas). O Cláudio informou que quem não tivesse o link para o Contrato de Concessão e para o Plano Diretor, poderia pedir à ele pelo whatsapp.

Sobre a Marquise, Tamires sugeriu que o(a)s arquiteto(a)s do Conselho, como a Claudia e a Laura, se quiserem, podem se reunir na Secretaria com a equipe técnica para poder ver o projeto, que é extremamente grande e extenso, e assim serem as interlocutoras das questões mais técnicas com o Conselho. Algumas

TCO



diretrizes foram definidas anteriormente, como por exemplo, os pilares da Marquise que não serão mais brancos, e sim de concreto aparente como eram originalmente.

2. Manejo Arbóreo – detalhes do processo e aprovação da solicitação de remoção e transplantes de espécie para construções (área operacional) e suas podas, além de análise dos números apresentados pela URBIA na última reunião. (SVMA)

Tamires disse que o manejo arbóreo - poda e/ou supressão de árvores - a Tamires informou que já foi apresentado pela URBIA na última reunião, e que ela própria fez comentários, inclusive, em relação a como fazer o georreferenciamento. Gustavo disse que na reunião passada foi feito apenas um resumo sobre esse assunto. Falou, ainda, que está havendo algumas movimentações de árvores para construção de edificações no Parque, cujos frequentadores estão questionando. Perguntou como é feita a análise para o manejo, se a SVMA tem algum tipo de registro e um canal de informação para que as pessoas possam acompanhar. Sobre os laudos do manejo, Tamires disse que a URBIA está autorizada, pela SVMA, a fazer, através de seus engenheiros agrônomos, florestais ou biólogos, que os laudos sobre as árvores serão encaminhados para a secretaria e analisados. No caso de haver dúvidas, os técnicos visitam o parque para, só então, deferir ou indeferir o pedido da empresa. Sobre a extração de árvores em prol de construções, Tamires disse que a orientação é obter o Termo de Compensação Ambiental - TAC. **Ela se comprometeu a colocar no drive, os documentos, os relatórios, laudos, despachos com os respectivos números do SEI do manejo arbóreo do Parque. Tamires também colocará no drive o TAC para o manejo da construção da área operacional (ainda em análise).**

A Karol disse que obteve a informação que os grandes eucaliptos ao lado da cerca do autorama, onde estão fazendo a construção do prédio da administração e da guarda civil, serão removidos.

Tamires disse que sempre é feita uma análise para saber se eucalipto está saudável, sem assim estiver, permanece no local porque é uma árvore exótica e tem a função de absorver água da área brejosa, como a do Ibirapuera. Por outro lado, com o passar dos anos, a maioria dos eucaliptos em todos os parques será substituída por árvores nativas. **Disse que será compartilhado no drive o processo todo para o conselho olhar e solicitar esclarecimentos, se necessários.**

Sobre o parque ser tombado e não poder ser extraído dele nenhuma árvore, Tamires explicou que é delegada à Secretaria do Verde e Meio Ambiente a função de fazer análise e autorizar tudo que se referir ao manejo arbóreo.

O Augusto perguntou se há algum projeto para a área do pergolado ao lado da Serralheria, pois pessoas o questionaram a respeito. Tamires respondeu que aquele espaço está dentro da concessão, e que provavelmente a URBIA fará algo por lá,

TCO

mas que não vê qualquer problema se as pessoas quiserem se envolver em algum projeto para o local.

Sobre a árvore “Cinamomo de Santa Barbara”, que estava fora do cachorródromo, mas com sua copa em cima daquele espaço, e que foi cortada mas que estava íntegra e cheia de frutos, o frequentador Luiz ouviu que de um funcionário da URBIA que a extração se deu por que os cachorros comem os frutos e passam mal. O frequentador do Parque questionou o porquê, ao invés de cortar a árvore, a grade do cachorródromo não foi deslocada para que os animais não tenham acesso os frutos tóxicos. Outro frequentador, o Aldo, perguntou o porquê isso não foi visto antes da construção do cacchorródromo para evitar a extração, já que a árvore sempre esteve ali e nunca houve problemas. Tamires disse que a retirada ocorreu por conta da toxixidade daquele indivíduo arbóreo, e que a remoção de uma árvore nunca pode ocorrer de forma deliberada, sem critério. Toda a análise fica a cargo da SVMA. Sobre o tema, Débora disse que o parque é uma área de preservação, em sendo assim, é importante muito cuidado com o manejo das árvores.

3. Proposta de uma estratégia de comunicação que ajude a clarificar a governança compartilhada do parque: me preocupa a falta de presença da Prefeitura nos banners / cartaz / media do parque quando o parque é um bem público e, numa segunda ordem, promover o CG como entidade do parque para estabelecer um canal de diálogo com as pessoas usuárias, assim como os museus ou outras entidades”. (SVMA)

Tamires pontuou o seguinte: a) que a estratégia da URBIA de como Prefeitura vai aparecer no parque é uma demanda do próprio Prefeito que já solicitou pessoalmente ao Roberto Capobianco, presidente da CONSTRUCAP, a existência do logo da Prefeitura nas comunicações no Parque; b) que haverá reunião da equipe de comunicação da concessionária, da Prefeitura e com a Secretaria Especial de Comunicação SECOM, para se definir a inserção do logo. Cláudio relatou que a falha na comunicação visual, sem o logo da Prefeitura causa confusão entre os usuários que pensam que o Parque foi privatizado, e entre os funcionários do Parque que, em suas abordagens, frisam que o Parque foi privatizado. Maria Helena disse que, por vezes, tem que explicar para algumas pessoas que o Parque não foi privatizado e sim, concessionado. Tamires reforçou que a própria URBIA pode colaborar nessa comunicação; c) que a promoção do Conselho Gestor como entidade do Parque, a Prefeitura tem feito, assim como os próprios conselheiros têm se esforçado, também, tendo vista o quórum e o número de visitantes nesta reunião; d) que a URBIA, de certa forma, tem divulgado os equipamentos, os museus, as exposições. A Laura reforçou a importância de divulgar que o parque é concessionado, que é público, mas, seria igualmente importante, divulgar o que é o Parque. Gustavo sugeriu que nos *banners* sejam divulgadas as reuniões do Conselho e que seja trocado o nome “Ibirapuera Park” para o original: Parque

700



Ibirapuera. Horácio, frequentador do Parque e observador de aves, falou que fica mais no Viveiro, já que é mau tratado pelo pessoal do Parque porque tira fotos com sua câmara, e sempre é cobrado para vá até a administração e peça autorização, e que a Prefeitura fornecia uma autorização permanente, mas que a URBIA não aceita alegando que tem validade. Isso ocorre com todos os que tiram fotos. Que estar com câmara não significa que se vai fazer um uso profissional da câmara. Que muitas pessoas reclamam disso. Rosana, frequentadora do parque, disse que, pelo que se vê no Parque, parece realmente que o parque foi privatizado; que infelizmente, os segurança usam de brutalidade quando dizem que às pessoas que não podem tirar fotografias, sendo que sempre tiraram; que há o problema que, os passarinhos chegam muito cedo no Parque, mas a administração só abre mais tarde. Perguntou se daqui há trinta e cinco anos o parque será devolvido da mesma forma que lhe foi entregue. Disse que parece não haver intenção da URBIA em resolver a questão das autorizações para fotografar. Sobre a árvore mencionada anteriormente, perguntou se a prioridade não cortar as árvores do Parque. Mencionou, ainda, o fato de se extrair árvores para fazer construções, para fazer quadras, e que percebe um sentimento de posse da URBIA, que o que acontece no Parque deveria ser mais transparente para o município, que a comunicação com o município deveria ser mais clara. A Rosana repetiu que as fotos dos passarinhos não são usadas profissionalmente, que são apenas registros que podem ser úteis para o próprio Parque. Tamires falou que os registros dos passarinhos são importantes para o município e que vão para o inventário da Divisão da Fauna. Augusto disse que antes do Parque ser concessionado, os seguranças sempre cobravam quando tirava foto com câmaras e tripés, e que as autorizações sempre demoravam para ser dada, e que pelo jeito, agora vai piorar. Tamires respondeu aos questionamentos alegando que sempre, em todos os parque, é solicitado aos frequentadores que peçam autorização na administração, isso porque, muitas fotos são utilizadas com cunho comercial. Falou que a imprensa tem livre acesso para tirar foto, mas tem que informar a administração. A Prefeitura tem recebido muitas reclamações dos passarinhos, por isso publicou uma portaria específica para eles, e que já foi passada para a URBIA e que o próprio Samuel sugeriu fazer uma carteirinha para os passarinhos. Tamires informou que o interessado preencherá um documento auto declaratório informando que o uso da câmara não será para fins comerciais, que na administração de parques pela prefeitura há uma autorização com prazo maior (do que diário) possibilitando que o frequentador não tenha que renovar diariamente a permissão. Débora disse que passarinhos se queixam que a administração não abre cedo, e que como essa queixa é recorrente, sugeriu novamente, que a autorização seja dada pela internet. Sobre a questão dos passarinhos a Amanda disse, ainda, que não sabe como fazer, mas que **trará resposta na próxima reunião**. Sugeriu que na próxima reunião a URBIA responda e apresente e receba sugestões de como será dada a autorização, mas que, provisoriamente, sugere que os passarinhos entrem em contato com ela para já

começar a agilizar a busca de uma solução. Débora lembrou que esse assunto não é novo, por isso é urgente que se resolva. André disse que, hoje, o usuário que quer tirar fotos, deve pegar uma fitinha na administração e usá-la enquanto estiver no Parque para que, assim, possa ser identificado pelos seguranças e não ter aborrecimentos, contudo, ela só poderá ser usada uma única vez, por isso estão tentando avançar para melhorar essa questão. André também se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos dos passarinhos. Sobre se o parque será entregue daqui trinta e cinco anos pela URBIA, da mesma forma que foi encontrado, Amanda afirmou que muitas melhorias e manutenções estão sendo feitas. Augusto parabenizou as ações feitas no Parque, e que tem que deixar a URBIA trabalhar, e disse que o que não for entregue deve-se pedir para a Secretaria. Débora relatou que existe um histórico do Conselho Gestor, e que as cobranças que hoje são feitas já foram, insistentemente, cobradas no passado. Augusto disse não concordar como a fala dele na reunião passada foi passada, resumidamente, para a ata da última reunião. Cláudio explicou que as atas não são transcrições das gravações das reuniões, mas trazem de forma resumida o seu conteúdo os temas levantadas. Débora informou que não interpreta a fala de ninguém e que antes da aprovação, as atas serão encaminhadas para análise prévia e comentários.

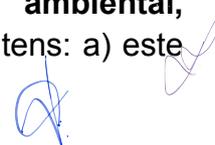
4. Atas 228 e 229. Cláudio colocou em votação a aprovação das atas, perguntando se alguém era contra. Como não houve manifestação, as atas foram aprovadas por unanimidade. As atas das 228ª e 229ª reuniões foram aprovadas por unanimidade.

5. Apresentação pela Guarda Civil Municipal dos principais números relativos às ocorrências de segurança. O Inspetor Chabaribery pediu para que sejam apresentados na próxima reunião pelos Inspetores da unidade Vila Mariana: Fausto e Vicente, que tem os dados operacionais. O Inspetor se comprometeu em avisar os demais inspetores.

Sobre a questão dos passarinhos e ações da URBIA, a pedido do Gustavo, a Amanda declarou que a URBIA está cumprindo a Portaria da Secretaria (029 da SVMA) sobre as autorizações para tirar fotografias, e que fará um contato imediato com os passarinhos presentes: Rosana, Aldo e Horácio, para que recebam um solução imediata, **e que na próxima reunião será apresentada uma proposta para que todos opinem.**

6. Novas previsões de intervenções e eventos, e resumo dos eventos de Julho, incluindo números de público e a tabela das atividades classificadas por porte (massivo, temporário, etc) e por tipo (educacional, ambiental, música, etc). Que seja legível! – URBIA. Amanda mencionou dois itens: a) este

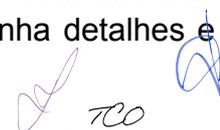
TCO



item foi solicitado pela Laura, e trata da periodicidade dos eventos, do público disponível no dia e, a classificação, o início e o término do evento; b) que o mês de Agosto foi colocado na planilha que está no drive. Gustavo perguntou se na planilha da URBIA, o público que consta é o esperado ou é o real? Sobre o lfood a Michelob, Gustavo reiterou a pergunta da última reunião: onde estão constando? São eventos temporários ou permanentes? Como foi classificado? Pediu para a Amanda que, que se possível, indicar na planilha se o evento é novo. Amanda respondeu que todos os eventos são temporários. Não podem ser permanentes. Sobre o público, ela disse que o número é o real. Cláudio perguntou como é feita a contagem do público, pois, no contrato da concessão, consta uma limitação. Acontagem é importante para atestar o cumprimento do contrato. Amanda disse que os eventos fechados são mais fáceis de se contar; que a Urbia convida pessoas da Prefeitura para participar dos eventos fiscalizar. A Sylvia questionou que muitas pessoas veem os shows sem estar no espaço cercado, assim, como é feito o controle das pessoas? Amanda disse que a responsabilidade contratual de controle de pessoas, é sobre um equipamento específico. Disse ainda, que o Iphan está semanalmente no Parque para fiscalizar e que a automatização da contagem do público e do estacionamento está sendo trabalhada. Sobre o controle do volume dos shows, Amanda falou que tem recebido reclamações, e que é o promotor do evento quem tem responsabilidade pelos decibéis que produz. Falou que a URBIA utiliza decibelímetro para evitar problemas. Disse que a responsabilidade civil da URBIA é controlar os decibéis que saem do Parque e não dos que chegam na vizinhança. Sobre saber o número de pessoas que entram no Parque, a Amanda disse que controlar a entrada é tirar a função do Parque. André disse que o Plano Diretor do Parque preve que na área externa do auditório pode ter até até quinze mil pessoal; que sendo o evento gratuito ou pago, terá cercamento e controle de acesso. Renata, frequentadora e vizinha do Parque, trouxe sua queixa sobre o barulho dos eventos e disse que existem várias associações de bairro que fazem parte da vizinhança; que faz parte da associação de moradores dos bairros de Cerqueira Cesar, Jardins e Consolação, e em assim sendo, trouxe para o Conselho uma carta que já foi encaminhada ao secretário do meio ambiente, que trata do barulho no Parque; que falou sobre a necessidade de cuidar do Parque; que vê como benéficas as melhorias que estão sendo feitas, pois valorizam o Parque, mas que o bem estar humano e dos animais tem que ser pensado; mencionou que o propósito do Parque é trazer pessoas para “curtir” a paz e a tranquilidade, e que isso está sendo desrespeitado. Como representante de uma associação de moradores vizinha ao Parque, contou que em julho deste ano, o barulho do Parque foi insuportável, causando mal estar em todos os que constam na carta que encaminhou ao secretário; que por conta do barulho muito alto não conseguiam ficar com janelas ou portas abertas, e que não queriam ouvir os shows; que o caso não é deixar de ter shows, mas que não sejam realizados o dia inteiro, porque incomoda muita gente, inclusive as que trabalham aos finais de semana. E questionou como ficam os

7CO

animais do parque que não podem reclamar? Perguntou como é feita a fiscalização do barulho. Que a empresa não pode se responsabilizar apenas pelos decibéis que saem do Parque. Que a empresa tem que se respeitar o ser humano. O que o Parque vai virar? E perguntou ainda, o por quê as pessoas têm que participar de um show que não querem participar? Rosana disse que o nível de decibéis tem que ser revisto pois está incomodando muita gente; que a lotação do Parque é proporcional a oferta de eventos dentro do Parque; que a ordenação das pessoas parece descontrolada e por conta disso quase foi atropelada por um skatista no gramado; que os passarinhos que gostam de um lugar quieto, estão sumindo; que tem muito comércio e atividades no Parque. A Karol disse que a Renata deu voz a todos os moradores do entorno no Parque e perguntou porque tem tantos shows no Parque. Que no passado, muitos pássaros morreram por contam dos shows que tinham na Praça da Paz; que, infelizmente, famílias veem ao parque e trazem comida de casa por que no parque está tudo muito caro; que as pessoas vem pra contemplar o verde, o lago, os pássaros; que o Parque está perdendo o foco, e que o parque já tem equipamentos culturais; questionou se a Prefeitura está de acordo com tudo isso. Nelson disse que o Parque está passando uma uma transformação e que isso o faz deixar de ser um Parque, e sim um espaço de atividades múltiplas para fins lucrativos; que os esportista e ciclistas estão em todos os lados; que os sons do Parque são ouve a dois quilometros de distância. Reiterou que tem diversas associações se movimentando a respeito de tudo o que foi falado; que não se encontra mais silêncio e tranquilidade no Parque; que ele conheceu o Parque como Parque e que hoje não é mais mas é um ponto turístico para ganhar dinheiro. Augusto disse que se ofendeu quando foi falado dos esportistas; que o parque foi feito para fazer o que quiserem; que no Parque tem pessoas sem noção; sugeriu para a URBIA trazer para o Conselho uma pesquisa de satisfação dos frequentadores. Nelson disse que não é contra os esportistas, mas que tudo no parque está em excesso: shows, barulhos, atividades, stress. Augusto comparou o Parque do Carmo com o Ibirapuera, e que o Ibirapuera está muito melhor do que o do Carmo. André Benevides, do Parque da Aclimação, disse que lá também tem muitos problemas; que o Parque ibirapuera é gigante e que traz muitos problemas; que já visitou muitos parques que são pequenos e que têm dificuldades em atrair pessoas e atividades; pediu para Amanda falar porque os outros parque sob a concessão da URBIA não tem Conselho Gestor, e para ela responder a pergunta que lhe foi feita sobre o Ifood e Michelob. Ela respondeu que o Michelob é temporário e vai permanecendo conforme solicitação dos usuários e aprovação da Secretaria, pois nada ocorre no Parque sem a aprovação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Sobre o IFood ela disse que, como para os outros equipamentos, a URBIA tem que pedir autorização para os órgãos de tombamento, e que o IFood está sendo estudado amplamente. Cláudio perguntou onde está a autorização do Ifood que está montado há mais de um ano e que o conselho não tem visibilidade e acesso. Em resposta, a Amanda disse que não tinha detalhes e

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '700'.

era o que tinha para responder. Sobre o Ifood a Bárbara disse que foi requerida a autorização, **e que ela verá isso e trará a resposta sobre a duração na próxima reunião.** Sobre este assunto a Débora pediu para que a Bárbara coloque a informação no drive e documentos sejam colocados no drive antes das vinte quatro horas anteriores à reunião. Para a Renata, Amanda disse que sente muito, e que por meio de uma medição feita pela Prefeitura, houve, em todos os parques a visita de mais de sessenta milhões de pessoas, o que ela considerava como um efeito pós pandêmico; que o Parque é de acesso a todas as pessoas e que isso não pode ser controlado; que concorda que houve um aumento de visitantes no Ibirapuera, e que é inconstitucional limitar o número de pessoas. Karol disse que o aumento de shows trouxe um aumento de pessoas no Parque. Amanda disse que a URBIA não tem como controlar os decibéis que saem do parque e chegam aos locais vizinhos e que isto está na lei; que se a Renata tiver mais questões a respeito, deverá apresentá-las pelos meios de comunicação oficiais da empresa. Para o André Benevides, a Amanda disse que os outros parques não têm Conselho Gestor por conta do número reduzido de frequentadores. Para a Rosana, que falou sobre a fauna, Amanda respondeu que é de responsabilidade da Secretaria do Verde, mas que a URBIA tem cuidado da fauna do Parque, e que está preservada, e que, inclusive, a Juliana já confirmou isso. Por sua vez, a Juliana (da Divisão da Fauna da Secretaria) disse que ainda não se sabe o quanto a fauna está preservada, que isso será avaliado ao longo dos anos e desde que URBIA assumiu o Parque, que com ajuda dos técnicos e dos próprios passarinhos será possível visualizar o quanto a frequência de eventos está interferindo na fauna do Ibirapuera; que o exemplo disso é o da Araponga que agora está na região do Autorama. Ela será observada para ver como se comporta com os ruídos do Parque. Disse que a Divisão da Fauna é quem também dá a maior parte dos pareceres que autorizam, ou não, a realização de eventos em todos os parques, quando requeridos em tempo hábil para se avaliar, e que sobre isso, ontem (15/08/22), foi publicada a Portaria 049 da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que é transcrição dos pareceres (baseados na OMS e ABNT) da Secretaria dados todos os dias para os parques do município, sobre a iluminação, os drones, os ruídos (num decibél maior que o previsto pela lei de zoneamento), tudo para agilizar o trabalho dos técnicos da Secretaria. A Juliana disse que acredita que a Portaria deve melhorar o bom senso nos ruídos dentro do Parque. Informou, ainda, que os eventos interferem na fauna, e que pela Divisão da Fauna, muitos deles não aconteceriam; que o poder concedente fiscalizará os parques para ver se a portaria estará funcionando. Claudio completou que o Secretário do Verde enviou a portaria para todos os conselheiros, onde, inclusive, consta a penalidade pelo descumprimento de seu conteúdo, e isso está atrelado ao contrato de Concessão que rege a responsabilidade da Concessão e do Poder Público, o que reforça o lado da governança e de tudo o que foi falado aqui. Disse que o Parque é um espaço público que a gente espera ser acessível a todas as camadas da população, e que deve ser observado o quanto se dá de estímulo para

TCO

as atividades que saem da vocação original de um Parque, como shows e eventos, por exemplo; exemplificou com o que, certo dia, viu no parque: um casal que estava fazendo yoga no gramado, que foi incomodado por uma pessoa da Michelob dizendo que “aqui você não pode ficar, só daqui pra lá”. Que isso é um desestímulo ao uso do Ibirapuera como lugar de contemplação, de uso por famílias para pic nics; que o ideal seria todos se beneficiassem do Parque, inclusive os bichos. Augusto fez observação de um reunião que houve no Parque e que ele não foi chamado, que que isso não deveria ter ocorrido. Claudio esclareceu que a reunião, ou o encontro da Karol com a Amanda, foi combinada na última reunião, que está gravada, e que naquele momento, inclusive, foi dito por ele, Claudio, que quem quisesse participar era só falar com a Karol, o que os conselheiros Claudia e Gustavo fizeram. Augusto disse que ficou surpreso quando viu o fato relatado na ata que foi enviada aos conselheiros por e-mail. Amanda discordou do Cláudio dizendo que a reunião não foi marcada publicamente e que está à disposição. Karol informou que no encontro não foi entregue nenhum documento como sugerido pelo Claudio e pela Tamires em reunião. Dizendo sobre sua preocupação com a cultura do Parque e da cidade, a Laura pediu ao Jesus, que a agenda cultural dos eventos dos parques da Concessão da URBIA, seja apresentada para que, no futuro próximo, o conselho pense junto, num processo de inclusão à cultura dentro do Parque, já que o seu público está aumentando a cada dia; sugeriu para que nas próximas reuniões, sejam discutidos os projetos de trabalho de cultura, diversidade e de inclusão dentro do Parque e, também, pensar qual a responsabilidade da URBIA nos parques que concessionou. E por fim, e disse ser importante analisar o material dos projetos postos no drive com tecnicidade. Sylvia, representante do CADES Vila Mariana, informou que naquele grupo, surgiram questionamentos sobre a prédio que está sendo construído onde era a administração, pois está muito próxima do Córrego do Sapateiro. Perguntou se existe um laudo sobre isso, porque no local havia uma casa térrea, agora, um prédio, e se ele não deveria estar a mais de trinta metros de distância. Sylvia mencionou a importância da observação à sustentabilidade e ao aquecimento do meio ambiente e perguntou quais os materiais que estão sendo usados na obra, se terá espelhos, qual o acabamento, se vai ter espelho, se a água será reutilizável, e porquê não existem placas nas obras a vista de todos e com indicação do engenheiro responsável, alvará, número da obra e das aprovações dos órgãos de tombamento das três instâncias. **Amanda respondeu que as placas não existem em nenhum dos parques, e por ser uma questão técnica, gostaria de responder isso na próxima reunião junto com a Tamires;** que nem tudo se resolve de uma reunião pra outra; que as placas têm que ter aprovação de um protótipo. Sobre a repetição das cobranças do Conselho e falta de retorno da URBIA, Claudio disse que é importante a empresa se posicionar informando se concorda ou não com a proposta ou pedido, que estudará em “x” prazo, informar como será feito o solicitado, ou como será encaminhado ou em quanto tempo dará uma solução e assim, as respostas aos assuntos cobrados pelo Conselho não

voltarão a fazer parte das pautas das reuniões, caso contrário, a impressão é que as solicitações sempre caem no limbo. Amanda concordou. Sylvia perguntou se tem aprovações dos projetos das obras, ao que a Amanda respondeu que todas as obras do Parque tem aprovação e que nenhuma obra é feita sem aprovação. Juliana disse que a obra do Hub e da nova administração vai passar pelo setor de Licenciamento da Secretaria; que o Plano de intervenções foi aprovado pela Secretaria do Verde; que as obras propriamente ditas, têm que ser licenciadas, por que são obras grandes, com cortes de árvores; que quando a Bárbara recebe as solicitações da URBIA e vê o grau de autorização, ela passa para o Licenciamento e, assim, a obra pode ser licenciada. Questionada sobre como uma obra de um município demora tanto para ser aprovada e dentro do parque tudo é tão rápido, Juliana disse que, não sabe responder, e por isso seria bom convidar o Licenciamento para esclarecer as dúvidas. Gustavo disse que viu o material que a URBIA colocou no drive na semana passada; que os projetos foram postos parcialmente e sem detalhes no formato de apresentação; chamou a atenção do Jesus sobre a dificuldade do Conselho de ter acesso à informação; que no drive tem um plano de intervenções compartilhado desde o ano passado que não é válido; que na reunião passada o Alexandre Ronconi, da URBIA, indicou que está sendo construído uma coisa que foi aprovada pelos órgãos de tombamento, mas que é diferente do que Conselho e a Secretaria têm e que isto está gravado. Amanda falou que o Plano ao qual o Gustavo se refere é diferente. Gustavo perguntou novamente porque o Conselho não pode ter acesso aos documentos, já que quer participar e opinar sobre os usos do Parque, como das construções que estão sendo realizadas; que o Conselho tem tentado ter acesso desde a construção do Plano Diretor, mas que não consegue saber nem o que está sendo feito, que quando o conselho pede o projeto, a URBIA retira um trecho de dentro do projeto, cola em uma apresentação e entrega ao Conselho; por que o projeto todos não é entregue? Juliana explicou que o Plano de Intervenções é aquilo que vai ser feito, como está no contrato, e é o Plano que foi aprovado pela Secretaria do Verde, da Cultura, etc, mas que cada obra tem que ter aprovação específica. Gustavo disse que o Alexandre confirmou que houve mudanças no Plano, e que a Juliana estava confirmando também. Gustavo propôs uma mudança de dinâmica, que a Secretaria do Verde e de Governo forneçam o que a URBIA não apresenta; sugeriu pedir aos órgãos de tombamento que apresentem pareceres sobre a proibição de aumentar a área construída do Parque que a própria URBIA disse e que está aumentando. Falou que isto, também, está gravado. O Gustavo afirmou que quer um parque bom, e que ele melhorou e que continua público; que percebe que o Conselho não está tendo a oportunidade de participar da construção de um parque melhor, e que essa é a impressão da melhoria que estão presentes na reunião. Augusto disse que, sobre decisões, leu no inciso III e IV do artigo 10 da Lei 15.910/13: "*III - participar da elaboração ou da atualização do Plano Diretor, do Plano de Gestão e do Regulamento de Uso dos respectivos parques, assim como do planejamento das*

TCO



atividades neles desenvolvidas, respeitando as normas e restrições de uso estabelecidas pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente” , diante disto, assim podemos correr atrás do Secretaria para buscar o material. Sobre o inciso IV: *“participar, analisar e opinar sobre pedidos de autorização de uso dos espaços dos parques municipais, inclusive para realização de shows e eventos, considerando as diretrizes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e o Plano de Gestão do Parque”* Augusto disse que o Conselho pode opinar, mas quem decide é a Secretaria do Verde e a gestão do Parque; que se algo já está decidido e a planta não foi mostrada e a obra está sendo construída, a URBIA é só uma concessionária que está fazendo este trabalho, e quem está acima da URBIA é o Verde, onde a gente pode pedir o material; que podemos estar batendo na porta errada. Questionou se o Conselho tem poder decisão? O André Benevides, disse que o Parque da Aclimação também tem muitos problemas, mas sugere que a URBIA apresente uma planilha com os números dos processos administrativos, os SEIs, que estão nas secretarias, nomeando cada um deles, para que o conselheiros possam ter acesso; o Conselho pode utilizar o E-SIC que é o portal da transparência. Débora concordou e informou que o Conselho precisa ter acesso aos processos dos órgão de tombamento que não foram fornecidos pela URBIA; que os únicos que os conselheiros tem acesso são do CONPRESP e IPHAM, porque são digitalizados, mas que os sessenta e seis processos do CONDEPHAAT, que são físicos, não têm acesso. O Claudio falou para o Augusto que ele apontou itens na Lei que são muito importantes, e que o Conselho está tentando seguir tudo como está na Lei, fiscalizando, solicitando, observando, buscando, e que realmente não tem poder de decisão, mas que tem o poder de fiscalizar, de votar, acionar Ministério Público para que fiscalize a concessão também; que houve evolução, mas, que, infelizmente, faltam informações claras e transparentes para que o Conselho possa ajudar o Poder Público, como concedente, a cumprir seu papel fiscalizador; que ao longo do tempo, nós conselheiros, vamos aprendendo os caminhos para cumprir nosso papel. Claudio encerrou a reunião informando que os itens não tratados, serão colocados na próxima pauta e convidou aos visitantes para voltarem nas próximas reuniões.

7. Deliberações e sugestões de pauta para próxima reunião, que se realizará em catorze de setembro de dois mil e vinte e dois

- a. Bárbara, nesta semana, colocará no drive os relatórios do manejo arbóreo com os respectivos SEIs:
- b. Atualização dos eventos e intervenções pela URBIA.
- c. A Guarda Civil Municipal, apresentará na próxima reunião os principais números relativos a ocorrências de segurança;



d. a Bárbara trará informações sobre o lfood na próxima reunião.

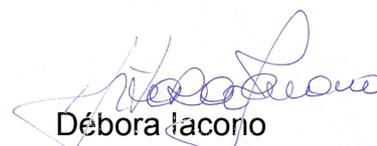
São Paulo, 17 de agosto de 2022



Tamires Oliveira
Coordenadora



Claudio Neszlinger
Primeiro secretário



Débora Jacomo
Segunda Secretária